

INICIATIVA MATÉRIAS PRIMAS:

RUMO AO FORNECIMENTO SEGURO E À GESTÃO SUSTENTÁVEL
DOS RECURSOS MINERAIS EUROPEUS

23 de Fevereiro de 2010

*Raw Materials Initiative:
towards to mineral resources secure supply and sustainable management*

Os Recursos Minerais e o acesso ao território: conclusões dos workshops regionais

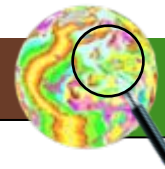
Mineral Resources and land use issues: regional workshops conclusions

Helena Santana, Laboratório Nacional de Energia e Geologia
Luís Martins, Direcção Geral de Energia e Geologia



Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional





- **A Iniciativa Matérias Primas**

- **Acções de divulgação da Iniciativa Matérias Primas em Portugal**

- **Conclusões dos workshops regionais**

- Conflitos no uso do solo

- Dificuldades no acesso aos recursos minerais por parte do sector extractivo

- Práticas inadequadas por parte da indústria extractiva

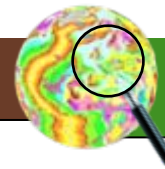
- Processo de licenciamento/concessão

- Importância económica regional/municipal da indústria extractiva

- Outras questões

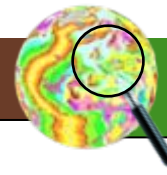
- Principais conclusões

A Iniciativa Matérias Primas



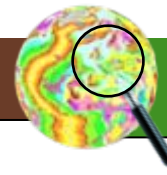
Na sequência:

- do trabalho desenvolvido pelo “**Raw Materials Supply Group**” da Direcção Geral Empresa e Indústria da Comissão Europeia sobre a indústria extractiva europeia;
- da **COM(2000)265** final: Promover o desenvolvimento sustentável da indústria extractiva não energética da União Europeia;
- da solicitação do **Conselho Competitividade** de 21/22 de Maio de 2007 à Comissão para desenvolver uma abordagem política coerente no que diz respeito ao abastecimento de matérias-primas para a indústria;
- do discurso do **Comissário e Vice-Presidente Verhugen** de 5 de Junho de 2007, onde reconheceu a importância da indústria extractiva para a competitividade europeia, a especificidade da referida indústria, a dependência da União Europeia em termos de alguns recursos minerais, nomeadamente metálicos e a fragilidade da União Europeia devido a essa dependência e à inexistência de uma política para este tipo de matérias primas;
- das conclusões da **cimeira dos G8** de 7 de Junho de 2007, onde é claramente reconhecido que as matérias primas produzidas pelo sector extractivo são um factor chave para o crescimento sustentável das economias emergentes em desenvolvimento, bem como a necessidade, para o crescimento sustentável e estabilidade global, de assegurar mercados livres, transparentes e abertos;



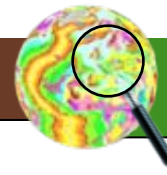
Foi lançada no dia 4 de Novembro de 2008 a Comunicação da Comissão ao Parlamento e ao Conselho Europeus “**Iniciativa Matérias-Primas – atender às necessidades críticas para assegurar o crescimento e o emprego na Europa**” (COM(2008)699).

A Iniciativa Matérias Primas



- A **Iniciativa Matérias Primas** (IMP), apesar de ser dedicada às matérias-primas em geral e pretender lançar a análise, debate e identificar futuras medidas a implementar relativas a este tipo de materiais, **é particularmente centrada e dedicada aos recursos minerais não energéticos**.
- Espera-se que traga um contributo significativo ao colmatar duma importante lacuna que tem existido até ao momento nas políticas e estratégias europeias: **a existência de uma política integrada e promotora da gestão sustentável dos recursos minerais não energéticos**, garantindo, simultaneamente, **o aprovisionamento seguro da indústria europeia consumidora** destas matérias primas.
- A abordagem feita tentou garantir o carácter de **transversalidade** inerente a esta temática, através de acordos entre a DG Empresas e Indústria, que coordenou esta iniciativa e os Comissários do Comércio, das Relações Externas e Política Europeia de Vizinhança, do Desenvolvimento e Ajuda Humanitária e do Ambiente.

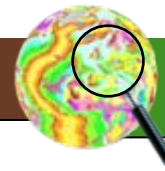
A Iniciativa Matérias Primas



A IMP lança as bases duma estratégia integrada para a União Europeia, sustentada em três pilares:

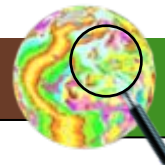
- Primeiro pilar: **Acesso às matérias-primas nos mercados mundiais isento de distorções**. Este pilar, o pilar internacional, identifica a necessidade de desenvolver **estratégias de cooperação** a três níveis: com os **países em vias de desenvolvimento ricos em matérias-primas**, particularmente África; com os países das **economias emergentes ricas em recursos** e que têm implementadas medidas susceptíveis de distorcer o mercado, como a China e a Rússia; com **outros países também dependentes de recursos**, como os EUA e o Japão. Aqui detalha-se, particularmente, a estratégia defendida para o relacionamento com os países em desenvolvimento, assente em três níveis de políticas de desenvolvimento: Reforço dos Estados; Promoção de um clima de investimentos sólido e Promoção da gestão sustentável das matérias-primas.

A Iniciativa Matérias Primas

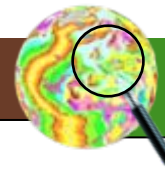


- Segundo pilar: **Promover o aprovisionamento sustentável em matérias-primas de fontes europeias**. Este é o denominado pilar doméstico, onde são identificadas medidas importantes que visam facilitar **o aprovisionamento sustentável em matérias-primas provenientes de depósitos minerais europeus**.

Neste pilar destaca-se: o reconhecimento do papel de relevo que as instituições com competências de "**Serviços Geológicos**" podem e devem desempenhar nesta discussão e na implementação das medidas e políticas resultantes; o reconhecimento da necessidade de assegurar que **as ocorrências minerais devem ser incluídas nas estratégias de ordenamento do território**, bem como de serem asseguradas as resoluções de conflito em termos de uso do solo, como por exemplo a **coexistência de actividades ligadas à indústria extractiva em áreas pertencentes à rede Natura 2000**; a importância dos "Serviços Geológicos" nas acções de apoio aos recursos minerais no âmbito do Ordenamento do Território e no **tratamento da informação geológico-mineira e respectiva disponibilização e divulgação**; o reconhecimento da necessidade de aumentar o conhecimento dos recursos minerais europeus; a identificação da necessidade de serem incentivadas parcerias mais eficazes entre universidades, "Serviços Geológicos" e indústria para enfrentar os desafios da Europa face à questão dos recursos minerais.



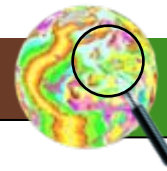
- Terceiro pilar: **Reduzir o consumo da UE de matérias-primas primárias.** Este pilar é dedicado às medidas que visam a utilização eficiente dos recursos, a necessidade de incrementar a utilização de **matérias-primas secundárias** e o recurso à **reciclagem**. Neste âmbito torna-se particularmente relevante a **valorização dos resíduos, transformando-os em recursos secundários**.



Na sequência do lançamento da IMP, a DG Empresa e Indústria da Comissão Europeia promoveu a criação de dois grupos de trabalho, no âmbito do Raw Materials Supply Group, que irão desenvolver as respectivas estratégias de implementação, de modo a que sejam lançadas em Novembro deste ano:

- **“Exchanging best practices on land use planning, permitting and geological knowledge sharing”**, com o principal objectivo de melhorar a acessibilidade da indústria extractiva ao território;
- **“Defining critical raw materials”**, tendo em vista a definição e identificação das matérias primas não energéticas críticas para a UE, para que se venha a garantir o seu fornecimento seguro, mitigando a dependência actualmente existente.

Acções de divulgação da Iniciativa Matérias Primas em Portugal



- 5 workshops regionais, realizados em cada uma das CCDRs;
- Conferência nacional.

Principais objectivos:

- divulgar a **Iniciativa Matérias Primas** pelas empresas do sector mineiro e pelos intervenientes no processo de Ordenamento do Território (entidades públicas e empresas de consultoria);
- sensibilizar todos os intervenientes no processo de Ordenamento do Território para a especificidade dos recursos minerais e **necessidade de assegurar a sua integração correcta nos instrumentos de ordenamento do território**
- contribuir para a minimização dos conflitos do uso do solo**, promovendo o debate em torno desta temática.

Conclusões dos workshops regionais



•Conflitos no uso do solo

		CCDR				
		N	C	LVT	Alent	Alg
Principais sectores de actividade/restrições de utilidade pública/servidões administrativas que competem com o sector dos recursos minerais	Restrições relacionadas com a Conservação da Natureza e Paisagem (Rede Natura 2000 e outras áreas de reconhecido estatuto de protecção natural)	X	X	X	X	X
	Ocupação urbana do solo e expansão urbana (construção civil)	X	X	X	X	X
	REN		X		X	X
	RAN			X	X	X
	Turismo	X		X		X
	Património Cultural	X				
	Parques eólicos		X			
	Rede viária				X	
	Agro-pecuária				X	
	Floresta				X	
Actividades de recreio e lazer					X	

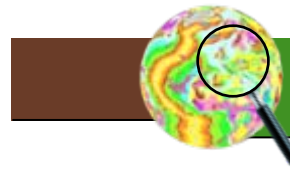
Conclusões dos workshops regionais



•Conflitos no uso do solo

		CCDR				
		N	C	LVT	Alent	Alg
Principais razões para a existência desse conflito	Razões relacionadas com a falta de integração dos recursos minerais nos PDMs ou com a sua integração de forma incorrecta	X	X	X	X	X
	Conceitos e metodologias que estão na base da delimitação das REN e RAN		X		X	X
	Conhecimento deficitário, por parte das entidades públicas com competências no ordenamento do território, relativamente à ocorrência de recursos minerais, bem como fraco reconhecimento por parte destas entidades da importância deste tipo de recursos			X	X	
	Modelos de uso e ocupação do solo pela edificabilidade altamente consumidores de espaço	X				
	Inexistência de uma metodologia orientadora da integração dos recursos minerais nos instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente nos PDMs			X		
	A legislação em vigor não contempla a integração da maioria dos recursos minerais no domínio público			X		
	Falta de conhecimento de base e/ou divulgação desse conhecimento das ocorrências minerais				X	

Conclusões dos workshops regionais



•Conflitos no uso do solo

		CCDR				
		N	C	LVT	Alent	Alg
Principais razões para a existência desse conflito (cont.)	Interpretação incorrecta e abusiva dos princípios subjacentes à delimitação das áreas de Rede Natura 2000, bem como das restrições ao uso do solo resultantes deste estatuto				X	
	Deficiente articulação por parte das diversas entidades públicas com competências na gestão do território				X	
	Falta de cumprimento, por parte dos municípios, das orientações contempladas nos PDMs relativamente a áreas de servidão administrativa dedicadas aos recursos minerais					X
	Fraca aceitação das populações pela actividade extractiva					X

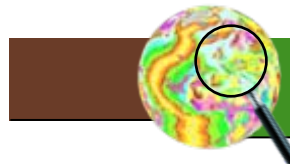
Conclusões dos workshops regionais



•Conflitos no uso do solo

		CCDR				
		N	C	LVT	Alent	Alg
Identificação de medidas susceptíveis de contribuir para a mitigação dos conflitos do uso do solo	Integração correcta dos recursos minerais nos instrumentos de ordenamento do território adequados, nomeadamente nos PDMs e PROTs	X		X	X	X
	Boa articulação entre todos os intervenientes no sector extractivo, desde as entidades com competências no ordenamento do território, na atribuição de licenças, de fiscalização até às próprias empresas	X	X			X
	Desenvolver metodologias de elaboração de instrumentos de ordenamento do território promotoras da multifuncionalidade territorial, que promovam a possibilidade de coexistência de vários usos do solo, desde que não se tratem de actividades incompatíveis	X		X		
	Identificar o instrumento de ordenamento do território mais adequado de valorização e salvaguarda dos recursos minerais, sobretudo do domínio privado, que tenha força jurídica			X		X

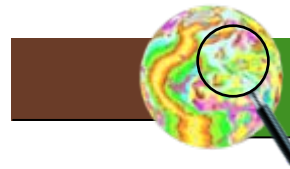
Conclusões dos workshops regionais



•Conflitos no uso do solo

		CCDR				
		N	C	LVT	Alent	Alg
Identificação de medidas susceptíveis de contribuir para a mitigação dos conflitos do uso do solo (cont.)	Incrementar o conhecimento geológico e sobre os recursos minerais a nível regional e nacional de modo a apoiar as decisões sobre os que importam valorizar e salvaguardar			X	X	
	Necessidade de reconhecimento de paridade dos recursos minerais relativamente aos outros recursos naturais	X				
	Desenvolver uma política sectorial para os recursos minerais	X				
	Proceder, sempre que possível, à gestão da actividade extractiva do ponto de vista do núcleo em detrimento da exploração isolada	X				
	Inclusão obrigatória de técnicos de entidades com competências no domínio dos recursos minerais (nomeadamente da DGEG) nas “Comissões de Acompanhamento” dos PDMs	X				
	Disponibilização de informação sobre os recursos minerais por parte das entidades com competências na matéria (nomeadamente o LNEG)	X				

Conclusões dos workshops regionais



•Conflitos no uso do solo

		CCDR				
		N	C	LVT	Alent	Alg
Identificação de medidas susceptíveis de contribuir para a mitigação dos conflitos do uso do solo (cont.)	Integração, no quadro legal, de uma cláusula aberta que viabilize a compatibilidade da exploração dos minerais com outras actividades e usos do solo	X				
	Definir estratégias para o sector extractivo e compatibilizá-las com outras já em vigor					
	Criação de Áreas de Reserva e de Áreas Cativas		X			
	Maior envolvimento da participação pública nos processos de consulta dos PDMs, desde as suas fases mais precoces			X		
	Cumprimento de boas práticas nos decurso dos trabalhos de prospecção em áreas com estatuto de protecção natural				X	
	Sensibilizar o público em geral para a importância dos recursos minerais e do património geomineiro				X	
	Esclarecer as populações das áreas mineiras sobre as consequências resultantes da ocorrência de determinado tipo de minérios e da sua extracção				X	
	Licença social				X	

Conclusões dos workshops regionais

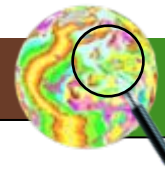


•Conflitos no uso do solo

		CCDR				
		N	C	LVT	Alent	Alg
Identificação de medidas susceptíveis de contribuir para a mitigação dos conflitos do uso do solo (cont.)	Cumprimento dos planos de lavra por parte das empresas					X
	Definir as escalas de trabalho adequadas para os instrumentos de ordenamento do território direccionados para os recursos minerais a nível nacional, regional e municipal					X
	Instrumentos de ordenamento do território de base mais adequados para os recursos minerais: a médio/longo prazo: -1ª Fase – Elaboração de planos integrados para os recursos minerais correspondentes a planos de pormenor -2ª Fase - Elaboração de planos sectoriais regionais de ordenamento do território para os recursos minerais, com base nos planos integrados a curto prazo: -planos de revisão dos instrumentos de ordenamento do território em vigor, à escala municipal					X

Conclusões dos workshops regionais

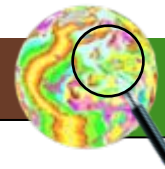
- Dificuldades no acesso aos recursos minerais por parte do sector extractivo



		CCDR				
		N	C	LVT	Alent	Alg
Principais dificuldades encontradas pelo sector extractivo no acesso aos recursos minerais e ao exercício da sua actividade	Conflitos no uso do solo, inclusivamente em áreas com reconhecida afectação ao recursos minerais			X	X	X
	Opção estratégica por parte de alguns municípios em não autorizar a extracção de massas minerais no seu território	X	X			
	Deficiente integração dos recursos minerais nos instrumentos do território, nomeadamente nos PDMs	X		X		
	Problemática associada aos terrenos com estatuto de “baldio”		X	X		
	Impasses resultantes de diferentes interpretações da nova Lei das Pedreiras, relativamente ao regime transitório, entre as entidades de gestão do território municipais e regionais	X				
	Complexidade das leis regulamentares do uso do solo		X			
	Dificuldades, por parte da administração, na interpretação e aplicação dos diferentes aspectos regulamentares existentes ao nível dos PMOT		X			

Conclusões dos workshops regionais

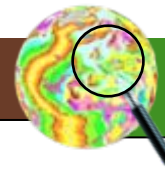
- Dificuldades no acesso aos recursos minerais por parte do sector extractivo



		CCDR				
		N	C	LVT	Alent	Alg
Principais dificuldades encontradas pelo sector extractivo no acesso aos recursos minerais e ao exercício da sua actividade (cont.)	Deficiente assessoria técnica ao legislador			X		
	Falta de integração, nas cartas de ordenamento do território, dos recursos minerais que não se encontram em exploração			X		

Conclusões dos workshops regionais

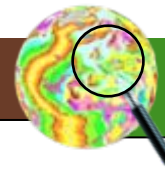
- Dificuldades no acesso aos recursos minerais por parte do sector extractivo



		CCDR				
		N	C	LVT	Alent	Alg
Principais medidas que possam contribuir para a mitigação dessas dificuldades	Atitude proactiva por parte das empresas do sector, no sentido de sensibilizar as entidades públicas para as necessidades do sector e participação activa nos processos de consulta pública dos instrumentos de gestão do território	X				X
	Incremento do conhecimento do território do ponto de vista geológico e dos recursos minerais, procedendo à sua valorização			X	X	
	Incluir devidamente as áreas para os recursos minerais nos instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente nos PDMs			X	X	
	Incremento do conhecimento sobre a importância dos recursos minerais para a sociedade			X		X
	Aumento dos recursos humanos técnicos das entidades públicas no acompanhamento e fiscalização do sector	X				
	Incremento da responsabilidade social corporativa por parte das empresas do sector	X				

Conclusões dos workshops regionais

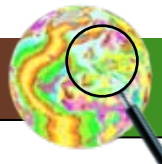
- Dificuldades no acesso aos recursos minerais por parte do sector extractivo



		CCDR				
		N	C	LVT	Alent	Alg
Principais medidas que possam contribuir para a mitigação dessas dificuldades (cont.)	Promoção de uma interpretação e aplicação da legislação regulamentar de modo uniforme por parte da administração		X			
	Desenvolver estudos integrados centrados nos recursos minerais			X		
	Assegurar a paridade entre os vários recursos naturais					X
	Forte coordenação a nível nacional relativamente aos vários interesses no uso do solo					X

Conclusões dos workshops regionais

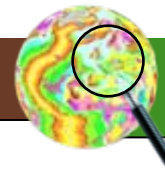
- Práticas inadequadas por parte da indústria extractiva



		CCDR				
		N	C	LVT	Alent	Alg
Principais práticas inadequadas por parte das empresas da indústria extractiva	Falta de implementação de práticas de recuperação das áreas exploradas por parte do sector extractivo	X	X			X
	Existência de empresas do sector extractivo a operar na ilegalidade e clandestinamente			X	X	X
	Fraca aderência das empresas do sector extractivo a tentativas de implementação de projectos integrados	X				
	Utilização abusiva da legislação em vigor por parte de algumas empresas do sector extractivo	X				
	Fraco investimento na formação qualificada dos seus técnicos	X				
	O responsável técnico da exploração, por vezes, não faz o acompanhamento devido e necessário	X				
	Industriais não respondem a solicitações da administração de forma atempada, resultando no atraso do andamento normal dos processos de licenciamento		X			
Inviabilização do alargamento das áreas licenciadas por não aplicação prática do Princípio recuperação/exploração		X				

Conclusões dos workshops regionais

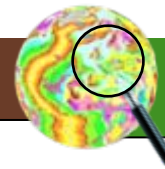
- Práticas inadequadas por parte da indústria extractiva



		CCDR				
		N	C	LVT	Alent	Alg
Principais práticas inadequadas por parte das empresas da indústria extractiva (cont.)	Má gestão na exploração do recurso, a nível económico e ambiental			X		
	Incumprimento da legislação em vigor, por parte de algumas empresas			X		
	Deficiente resposta, por parte das empresas do sector, às solicitações da DGEG para actualização dos dados estatísticos com vista à caracterização do sector, situação que tem como consequência uma caracterização incorrecta do mesmo			X		
	Dificuldade em implementar regras de segurança no trabalho				X	
	Utilização de maquinaria obsoleta				X	
	Lacunas no conhecimento relativo a boas práticas adequadas ao sector, nomeadamente práticas de mitigação dos impactes ambientais negativos, como a dispersão de poeiras e a produção de vibrações no solo				X	

Conclusões dos workshops regionais

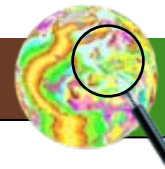
- Práticas inadequadas por parte da indústria extractiva



		CCDR				
		N	C	LVT	Alent	Alg
Identificação de medidas para mitigação/erradicação das práticas inadequadas	Incrementar e promover a eficácia da fiscalização, de modo a colocar termo à actividade ilegal no sector			X		X
	Cumprimento da legislação em vigor relativa a práticas de recuperação ambiental por parte das empresas do sector	X				
	Efectividade das funções da figura de “responsável técnico” das empresas de exploração de massas minerais	X				
	Aplicação do princípio da exploração/recuperação		X			
	Sensibilizar as empresas do sector extractivo para a implementação de boas práticas que contribuam para uma mitigação significativa dos impactes ambientais negativos resultantes da sua actividade				X	
	Incrementar a formação a nível de implementação de boas práticas ambientais e de segurança no trabalho				X	
	Entidades públicas devem assumir o seu papel activo na formação e apoio às empresas do sector extractivo na implementação de boas práticas				X	

Conclusões dos workshops regionais

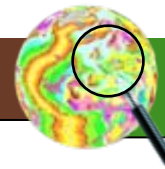
- Práticas inadequadas por parte da indústria extractiva



		CCDR				
		N	C	LVT	Alent	Alg
Identificação de medidas para mitigação/ erradicação das práticas inadequadas (cont.)	Desenvolver trabalhos de cooperação entre empresas, entidades públicas e instituições de investigação que identifiquem problemas e encontrem soluções adequadas e específicas para cada tipo de exploração				X	
	Elaborar e distribuir material didáctico pelas empresas do sector extractivo				X	
	Sensibilizar as empresas do sector extractivo para a mais valia, inclusivamente económica, de implementação de boas práticas				X	
	Dinamizar parcerias público-privadas para encontrar soluções de gestão integrada dos resíduos do sector extractivo				X	
	As entidades públicas devem ter um bom conhecimento da especificidade do sector e adequar convenientemente as regras a implementar no terreno				X	
	Adequar a linguagem de comunicação das entidades públicas para com as empresas do sector extractivo				X	

Conclusões dos workshops regionais

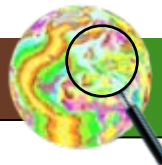
- Práticas inadequadas por parte da indústria extractiva



		CCDR				
		N	C	LVT	Alent	Alg
Identificação de medidas para mitigação/ erradicação das práticas inadequadas (cont.)	Formar técnicos qualificados para operarem no sector extractivo				X	
	Agilizar processos de licenciamento que contribuam para eliminar a actividade ilegal e, como consequência, mitigar as más práticas, nomeadamente de abandono das áreas de extracção sem que ocorra uma recuperação ambiental					X

Conclusões dos workshops regionais

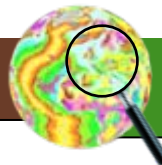
• Processo de licenciamento/concessão



		CCDR				
		N	C	LVT	Alent	Alg
Dificuldades encontradas pelas empresas do sector extractivo nos processos de obtenção de licença/ concessão	Morosidade dos processos de licenciamento da actividade. Necessidade de desburocratização		X			
	Dificuldades resultantes da deficiente integração dos recursos minerais nos instrumentos de ordenamento do território				X	
	Dispersão das competências de licenciamento das várias estruturas afectas à lavra mineira				X	
	Desfasamento temporal no enquadramento dos EIAs nos PDMs, com as respectivas implicações nos processos de licenciamento				X	
	Falta de articulação entre as várias entidades públicas e os vários instrumentos de ordenamento do território no que se refere à actividade extractiva					X
	Dificuldade em ultrapassar lacunas e erros incluídos nos PDMs que condicionam a actividade extractiva					X

Conclusões dos workshops regionais

- Processo de licenciamento/concessão



		CCDR				
		N	C	LVT	Alent	Alg
Dificuldades encontradas pelas empresas do sector extractivo nos processos de obtenção de licença/ concessão (cont.)	A legislação em vigor não contempla a diversidade de classes de exploração suficientes e adequadas a cada subsector, quer para a atribuição de licenças, quer na exigência de certos requisitos, nomeadamente da elaboração de EIA					X
	Carga fiscal excessiva sobre as empresas do sector extractivo					X
	A legislação em vigor, apesar de recente, ainda não conseguiu colmatar todas as dificuldades existentes no processo de legalização de explorações mineiras					X

Conclusões dos workshops regionais



- Processo de licenciamento/concessão

		CCDR				
		N	C	LVT	Alent	Alg
Identificação de medidas que possam contribuir para a mitigação das dificuldades	Identificar e desenvolver um instrumento de ordenamento do território (por ex. Plano Sectorial), com força jurídica, para a indústria extractiva, na escala adequada, inclusivo das contribuições resultantes dos processos de consulta pública				X	X
	Simplificação de procedimentos administrativos e clarificação da legislação em vigor		X		X	
	Aumento dos recursos humanos qualificados nas entidades licenciadoras		X		X	
	Aumento da qualidade de serviço prestado pelas empresas consultoras em quem as empresas do sector extractivo delegam os processos de licenciamento		X			
	Aumento dos recursos humanos qualificados das empresas		X			

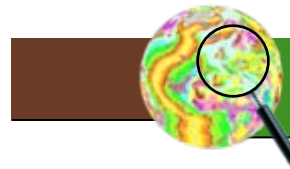
Conclusões dos workshops regionais



- Processo de licenciamento/concessão

		CCDR				
		N	C	LVT	Alent	Alg
Identificação de medidas que possam contribuir para a mitigação das dificuldades (cont.)	Necessidade de fazer uma abordagem integrada da exploração mineira e das suas várias fases, nomeadamente no que diz respeito ao processo de licenciamento				X	
	Melhorar a articulação entre as várias entidades públicas envolvidas no processo de licenciamento/concessão				X	
	Encontrar formas de ultrapassar as restrições impostas pelos PDMs em vigor, em casos que tal se justifique, de modo a agilizar certos processos de licenciamento				X	
	Prever nos licenciamentos as classes e regras adequadas a cada subsector					X

Conclusões dos workshops regionais



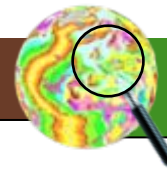
- Outras questões

CCDR N

- Importância da disponibilização de informação de natureza geológica e dos recursos geológicos, nomeadamente cartografia, por parte das entidades competentes (LNEG/LGM), que sirva de base de trabalho para as entidades com competências na gestão do território;
- Necessidade de publicação de cartografia geológica temática;
- Importância da compatibilização entre acções de intervenção de reabilitação ambiental de antigas áreas mineiras e actividades de prospecção e pesquisa e possibilidade de reactivação da exploração.

Conclusões dos workshops regionais

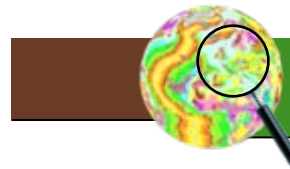
- Outras questões



CCDR C

- Dada a reduzida adesão dos municípios a estes “workshops” verifica-se a necessidade de realizar “Workshop” semelhante junto da Associação Nacional de Municípios porque são eles os responsáveis últimos no que respeita à definição política do que se pretende a nível dos respectivos municípios e porque são eles que os gerem.

Conclusões dos workshops regionais



- Outras questões

CCDR LVT

- Seria importante o **reconhecimento do recurso mineral**, independentemente da sua integração no domínio público ou privado, **como bem de interesse público**, para ultrapassar certos conditionalismos impostos pelas políticas e instrumentos de ordenamento do território;
- Dificuldades**, por parte das empresas de consultoria e planeamento, **no acesso a informação geomineira** e/ou de selecção da informação disponibilizada por parte das várias entidades públicas;
- Investimento no conhecimento e desenvolvimento geocientífico e tecnológico**;
- Viabilidade e sustentabilidade económicas dos Projectos Integrados poderão vir a ser limitadas** (ex.: Mata de Sesimbra).

Conclusões dos workshops regionais



•Outras questões

CCDR Alentejo

Exemplos de **boas** práticas na região do Alentejo em termos de:

- Ordenamento do território:

- Projectos desenvolvidos no âmbito da Acção Integrada da Zona dos Mármorees (**AIZM**) que conduziram à elaboração de Planos de Pormenor com uma lógica de gestão integrada por município e a um regulamento com força jurídica;

- PROT Alentejo**, onde foram definidas metodologias que permitiram a **valorização dos resíduos** mineiros, transformando-os em recursos (ADCs);

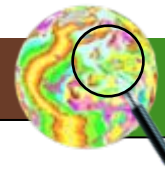
- Câmara Municipal de Nisa** – promoveu um Estudo de Inventariação de Recursos Geológicos do concelho que servirá de base às suas políticas de gestão e ordenamento do território, nomeadamente a nível do PDM.

- Exploração mineira:

- Neves-Corvo – Opera segundo o conceito de *green-mining*, envolve-se activamente no desenvolvimento local, nomeadamente em termos sociais.

Conclusões dos workshops regionais

- Outras questões

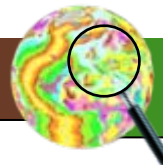


CCDR Algarve

- Necessidade de disponibilização de forma célere e em tempo real de **dados estatísticos** por parte das entidades públicas;
- Importância de utilizar dados estatísticos actualizados na tomada de decisões.

Conclusões dos workshops regionais

• Importância económica regional/municipal da indústria extractiva



Avaliação qualitativa da importância da indústria extractiva na geração de riqueza e emprego

**CCDR
N**

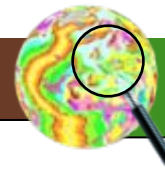
- Na região de **Vila Pouca de Aguiar** (sector das rochas ornamentais) é responsável por gerar, de forma directa e indirecta, 60% do PIB (cerca de 2000 postos de trabalho);
- Nos concelhos de **Mondim de Basto, Sabrosa, Ponte de Lima** (mais de 1000 trabalhadores em emprego directo), **Marco de Canavezes, Penafiel e Vila Real** o sector extractivo e indústria transformadora têm um contributo muito significativo para a economia municipal e para a geração de emprego;
- Monção tem cerca de 40 pedreiras;
- Num passado recente, os recursos minerais metálicos na região Norte também representavam um contributo económico considerável;
- A região Norte encerra ainda hoje um potencial muito significativo em termos de recursos minerais metálicos, o que o comprova o número considerável de contratos de prospecção e pesquisa em vigor, nesta região.

**CCDR
LVT**

- **Alcobaça, Alenquer, Santarém, Península de Setúbal, Torres Vedras, Serras d'Aire e Candeeiros**, são alguns dos exemplos, na área da LVT, em que a actividade extractiva tem uma importância económica significativa;
- Em certos municípios, como o caso de **Porto de Mós**, o sector extractivo reveste-se de uma importância significativa em termos de empresas familiares.

Conclusões dos workshops regionais

- Importância económica regional/municipal da indústria extractiva



Avaliação qualitativa da importância da indústria extractiva na geração de riqueza e emprego

**CCDR
Alent**

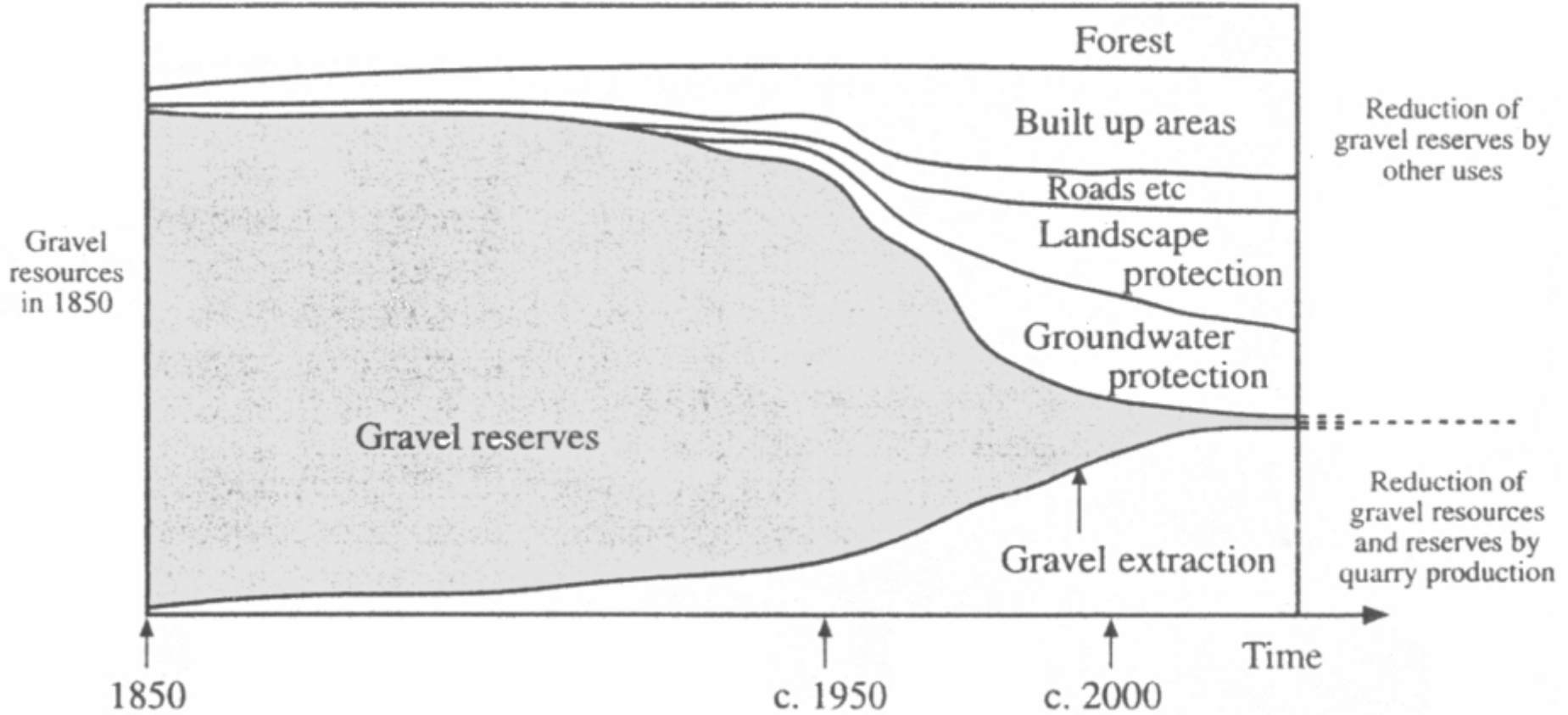
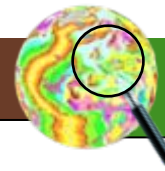
-A indústria extractiva representa uma mais valia económica fortíssima na região do **Alentejo**, pese embora as necessidades de modernização de parte do sector;
-A atribuição de um significado cultural a certos recursos minerais do Alentejo, particularmente dos **mármore**s, poderá constituir um importante incremento no seu valor e importância;
-A indústria extractiva no Alentejo representa um dos maiores contributos para o PIB nacional; de um ponto de vista mais local, é a actividade económica de maior impacto no Baixo Alentejo;
-As regiões de **Castro Verde, Almodôvar, Ourique e mesmo Aljustrel** devem o seu desenvolvimento económico essencialmente à indústria extractiva ali sediada.

**CCDR
Alg**

-Actividade importante na região, directa e indirectamente (essencialmente a jusante), **não chega a satisfazer todas as necessidades existentes na região no sector da construção civil.**

Conclusões dos workshops regionais

- Principais conclusões

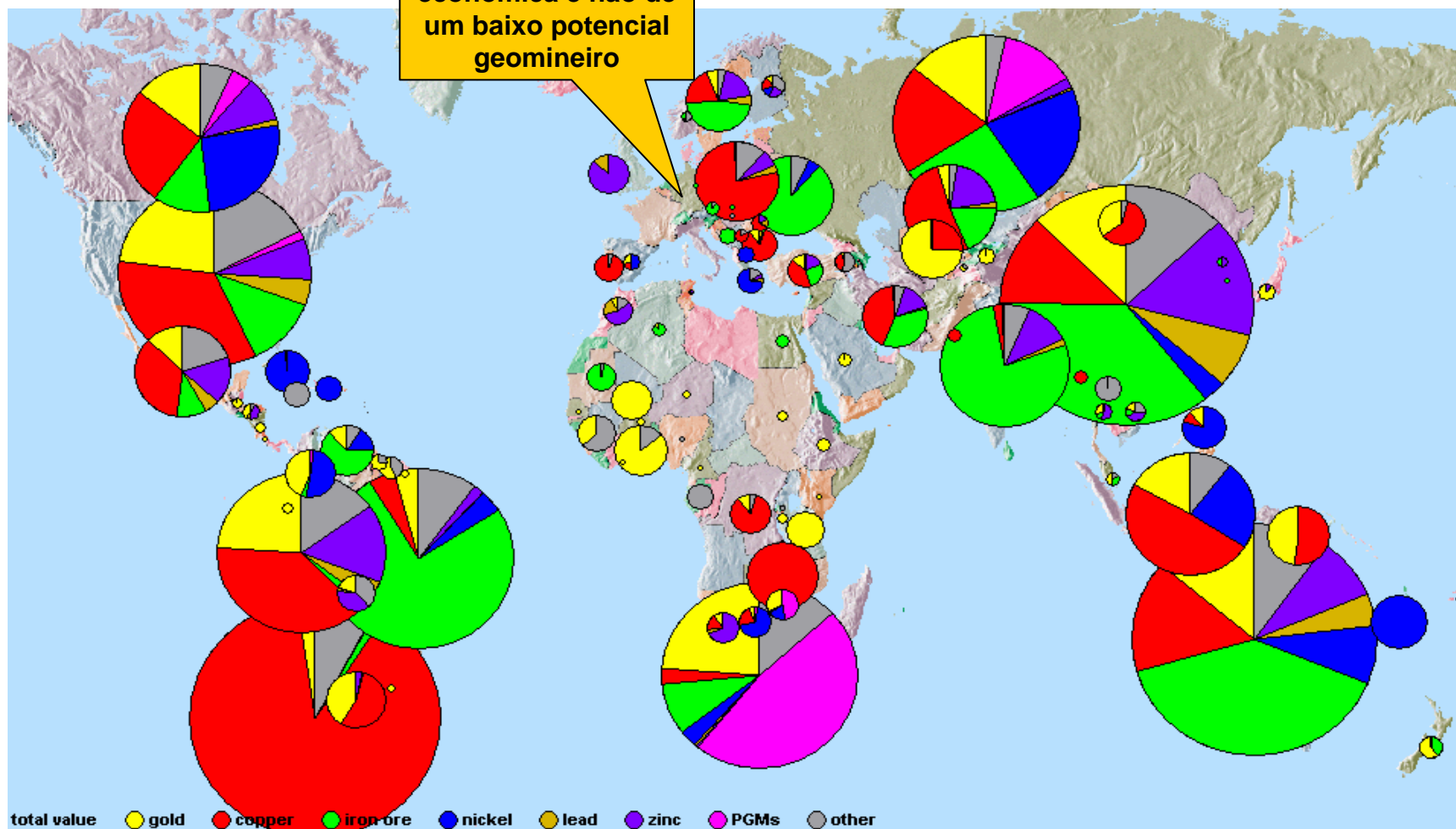


Fonte: Kundig et al., 1997

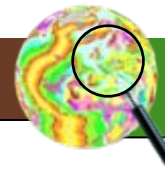
Conclusões dos workshops regionais

• Principais conclusões

Resultado de problemas de acessibilidade e de viabilidade económica e não de um baixo potencial geomineiro

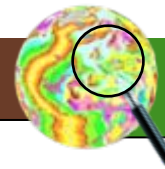


Conclusões dos workshops regionais



• Principais conclusões

- O ordenamento do território surge como o actual problema e a futura solução no que se refere à necessidade de paridade dos recursos minerais com os outros recursos naturais e às dificuldades experimentadas pelas empresas da indústria extractiva;
- A necessidade de encontrar, desenvolver e implementar uma solução com força jurídica, capaz de assegurar essa paridade e de contribuir para a mitigação dos conflitos no uso do solo que colocam em causa o acesso actual e futuro aos recursos minerais e que têm um impacto muito negativo na indústria extractiva, seja essa solução um plano sectorial ou um instrumento de ordenamento do território adequado, apresenta-se manifestamente premente.



**Muito obrigado pela
vossa atenção**

helen.santana@ineti.pt

luis.martins@dgge.pt